

2º EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE MUNICÍPIOS INTERESSADOS EM APRESENTAR PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA PARA PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO DE COZINHAS COMUNITÁRIAS (ETAPAS 4ª E 5ª)

O Município de XXXXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ xxxx , com sede xxxxxxxxxx, neste ato representado pelo prefeito xxxxxx brasileiro, portador da Carteira de Identidade, nº XXXX SSP/XX, e CPF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado à XXXXXXXXXXXX – Bairro XXXXXX – Município/Estado, DECLARA, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da legislação vigente e, ainda, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e fica responsável por qualquer informação ou documentação apresentada, que não corresponda à verdade formal e material, que no **ESTADO/ MUNICÍPIO XXXXXX---XX:**

Há em sua Lei Orçamentária previsão de contrapartida no valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXX reais e XXXXXXX centavos), na forma do disposto na alínea “d” do inciso IV do § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para firmar Convênio com a **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais --- SEDESE-MG** com o objetivo de implementar o Projeto APOIO À MODERNIZAÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA e estes recursos encontram---se alocados na Lei nº XXXXX, de XX de XXXXXX de XXXX, conforme a seguinte classificação orçamentária:

Exemplo:

Órgão	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
Programa	74 -- Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável Para Todos os Povos do Território Mineiro
Ação	4196 - Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
Natureza da despesa	xxxxxx - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes
Descrever como se dará a contrapartida	

* A contrapartida não financeira pretendida poderá ser descrita por meio de bens e serviços, desde que relacionados ao objeto do Convênio de Saída, devendo o convenente apresentar memória de cálculo que permita mensurar economicamente o valor a ser aportado.